

6

EXPECTATIVAS ESCOLARES
E PROFISSIONAIS DOS
JOVENS DO 9º ANO

.....
Joaquim Azevedo ✓

CADERNOS

Pedagógico

TÍTULO
EXPECTATIVAS ESCOLARES E PROFISSIONAIS
DOS JOVENS DO 9º ANO

.....
COLECCÃO

Cadernos Pedagógicos

.....
AUTOR

Joaquim Azevedo

.....
CAPA

José Pedro Costa

.....
ILUSTRAÇÃO DA CAPA

Rui Guimarães

.....
1992/1: Edição/Depósito Legal nº 55 695/92

.....
© EDIÇÕES ASA
.....



EDIÇÕES ASA

Sede

R. Mártires da Liberdade, 77/Apartado 4263/4004 PORTO CODEX
Telefs. 2002279-70/2014183/2014672/Telex 24389 P/Telefax 2013808

Delegação

Av. Dr. Augusto de Castro, Lote 110 (Chelas/Olivais)/1900 LISBOA
Telefs. 8596176/8596251/8596276/Telex 64894 P/Telefax 8597247

Livraria ASA Papelaria

R. de Avis, 9-R. da Fábrica, 74/Apartado 4263/4004 PORTO CODEX/Telef. 2007725

Livraria ASA Infantil e Juvenil

R. Galeria de Paris, 118/Apartado 4263/4004 PORTO CODEX/Telef. 2080513

Livraria ASA Material Didáctico

R. Cândido dos Reis, 137/Apartado 4263/4004 PORTO CODEX/Telef. 2014884

•	ÍNDICE	
•		
•		
•		
•	Introdução	5
•		
•	1. A população respondente	5
•		
•	2. As expectativas escolares	10
•	2.1 O prosseguimento dos estudos	10
•	2.2 As áreas de estudo	12
•	2.3 A via de estudos a seguir	15
•	2.4 O percurso escolar a realizar	21
•		
•	3. Expectativas profissionais dos jovens do 9.º ano	23
•	3.1 A profissão que gostariam de vir a exercer	24
•	3.2 Razões de escolha da profissão	32
•	3.3 Informação sobre a profissão	33
•	3.4 As oportunidades que a vida profissional pode abrir	34
•		
•	4. Síntese	38
•		
•	Notas	44

Introdução

Ao longo de três anos consecutivos — 1989, 1990 e 1991 — realizou-se uma pesquisa centrada sobre as expectativas escolares e profissionais dos jovens que frequentam o 9.º ano de escolaridade.

Tomando como elemento fixo de referência a população que se encontra na situação de frequência do 9.º ano de escolaridade e como elemento variável as populações que, ano após ano, o frequentam, procurou-se, através de um pequeno questionário, estudar a evolução das expectativas destes jovens que terminaram a sua escolaridade obrigatória e básica. Em 1991, o questionário abrangeu 60 escolas e 6722 respondentes distribuídos por todo o país (ver outros elementos metodológicos e de caracterização da amostra na nota 1).

Dado termos já publicado um primeiro estudo resultante da análise ao questionário de 1989, damos agora prioridade à apresentação dos resultados de 1991, fazendo permanentemente a leitura comparativa com os anos anteriores.

A comparação não nos surge como abusiva dado manterem-se, ao longo dos três anos, praticamente as mesmas as características da população respondente (sexo, idade, distribuição regional, situação escolar, origem social).

A evolução das opiniões dos estudantes do 9.º ano, apesar dos escassos três anos de análise, já começa a ser perceptível. As suas expectativas mudam efectivamente; mas, mais do que apresentar saltos bruscos, os resultados evidenciam algumas tendências que só o tempo confirmará.

Procuramos destacar apenas os elementos de análise mais relevantes, deixando de lado imensos dados cujo enunciado tornaria fastidiosa a leitura deste relatório.

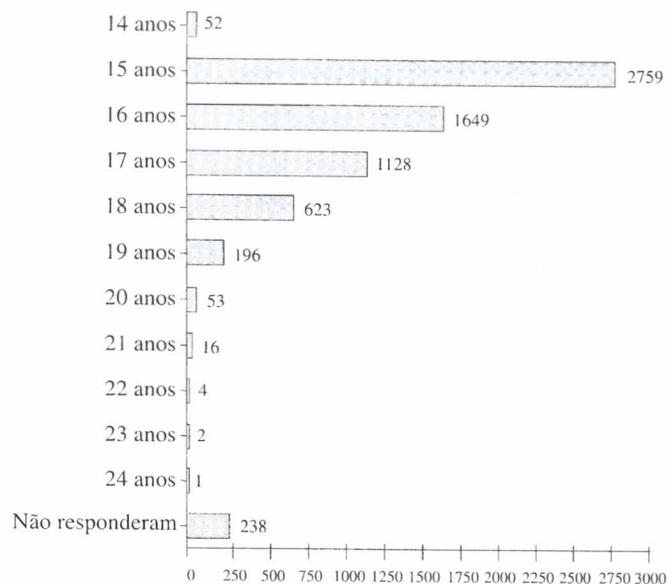
Ele inicia-se com a caracterização da população respondente — que, devido à composição da amostra, se toma muitas vezes como a população do 9.º ano —, em seguida apresenta as expectativas escolares e as expectativas profissionais e termina com um breve comentário.

1. A população respondente

A primeira parte desta comunicação dos resultados obtidos procura caracterizar a população respondente (nota 2).

A maioria dos jovens tem 15 e 16 anos e verifica-se que, nos três últimos anos, há um acréscimo das percentagens de jovens com a idade-padrão do 9.º ano, 15/16 anos (Gráfico 1 e Quadro 1).

GRÁFICO 1 • Distribuição segundo a idade (1991)



6

QUADRO 1 • Respondentes segundo a idade (1989 - 1991)

Idade	Ano do questionário		
	1989	1990	1991
14	0,77	1,20	0,77
15	36,42	42,40	41,40
16	23,59	22,56	24,53
17	17,70	16,81	16,78
18	10,73	8,60	9,27
19	3,92	3,70	2,92
20	1,18	1,13	0,79
21 e mais	0,33	0,32	0,34
Não responderam	5,31	3,29	3,55
TOTAL	100	100	100

Esta situação evidencia um decréscimo das repetências ao longo do ensino básico mas não deixa de constituir, por outro lado, motivo para uma breve sinalização. De facto, mais de 30 % da população do 9.º ano já reprovou pelo menos uma vez. Esse valor sobe para mais de 50 % se lhe adicionarmos a população com 16 anos.

Quanto à distribuição dos jovens, pelas opções vocacionais do 9.º ano, mantém-se uma tradicional concentração em três das 13 opções, a saber, Saúde (37 %), Administração e Comércio (20 %) e Introdução às Actividades Económicas (19 %). Só estas áreas reúnem 76 % das escolhas (Quadro 2).

As opções de Agro-Pecuária, Construção Civil e Electrotecnia evidenciam uma queda e na opção de Administração e Comércio há uma ligeira subida de frequência.

Opções há que são maioritariamente escolhidas ora por raparigas (Saúde, Quimicotecnica, Têxtil, Administração e Comércio) ora por rapazes (Desporto, Meca-notecnica, Electrotecnia e Construção Civil).

Curiosamente, assiste-se a um acréscimo significativo das escolhas das raparigas pela Electrotecnia, como se pode ver muito rapidamente no Quadro 3. Algo de semelhante começa a esboçar-se no Têxtil e na Mecanotecnica. Ao contrário, os rapazes reforçam a sua posição nas opções de Agro-Pecuária e de Construção Civil.

7

A leitura destes dados deve ter em conta duas decisivas condicionantes quanto à escolha das opções. Em primeiro lugar, ela é limitada à oferta existente em cada escola e o Ministério da Educação tende a alargar as três opções mais frequentadas seja porque não implicam demasiados investimentos seja porque acabam por ser também as mais procuradas. Em segundo lugar, não constituindo precedência em relação a futuras escolhas escolares e profissionais, a frequência da opção do 9.º ano é pouco valorizada em termos educativos.

Importa, contudo, avaliar até que ponto é que esta opção vai condicionar ou não, na prática, futuras escolhas escolares e profissionais, ou seja, mesmo sem terem uma intencionalidade positiva subjacente, estas opções poderão acabar por influenciar futuras escolhas, estruturando-as com forte — ou fraco — impacto. É o que veremos mais adiante.

Os respondentes são ainda caracterizados ao nível socioeconómico através da determinação da profissão do pai. Os resultados de 1991 são idênticos a anos anteriores. Este elemento de caracterização vai revelar-se muito útil para situar e, eventualmente, explicar as expectativas escolares e profissionais dos jovens do 9.º ano.

QUADRO 2 • Distribuição dos respondentes pela opção vocacional do 9º ano (1989 - 1991)

Opção Vocacional	%		
	1989	1990	1991
Saúde	38,8	32,7	37,4
Administ. e Comércio	16,2	16,8	19,7
Int. às Activ. Económicas	21,4	15,1	18,7
Electrotecnia	6,4	8,6	6,3
Desporto	4,6	6,4	6,1
Mecanotecnia	3,1	4,8	3,1
Arte e Design	0,7	3,5	2,8
Agro-Pecuária e p. a.	4,5	4,3	1,4
Construção Civil	3,1	3,8	1,9
Quimicotecnia	0,9	3,4	1,8
Têxtil	0,3	0,4	0,4
Teatro	0,0	0,0	0,2
Música	0,0	0,1	0,0
Não responderam	0,0	0,2	0,2
TOTAL	100	100	100

QUADRO 3 • Comparação da distribuição das escolhas pela opção de Electrotecnia por sexos, entre 1989 e 1991

	%	
	RAPAZES	RAPARIGAS
1989	83,7	16,2
1990	80,7	18,8
1991	73,8	26,2

QUADRO 4 • Actividade profissional do pai por grupos socioprofissionais (1991)

	R		%	
	Total	%	Total	%
1.º G. Agricultores				
Empresários agrícolas	118	2,12		
Agricult. de expl. fam. e cooperat./pescadores	279	5,01	397	7,1
2.º G. Empresários da Indústria e do Comércio				
Trab. por conta própria-Ind.	397	7,12		
Empresários Ind. até 9 trab.	113	2,03		
Empresários Ind. c/ 10 e mais trab.	213	3,82		
Trab. por conta própria-Comércio	457	8,20		
Comerciantes até 4 trabalhadores	136	2,44		
Comerciantes com 5 ou mais trab.	116	2,08	1432	25,7
3.º G. Quadros e técnicos				
Quadros sup. e prof. liberais	330	7,93		
Quadros médios e prof. médias	407	8,76	930	15,7
4.º G. Empregados				
Traba. comerciais e administrativos	927	19,99	1114	20,0
5.º G. Trabalhadores da produção				
Encarregados e contramestres	196	4,16		
Operários	564	12,54	931	16,7
6.º G. Trabalhadores agrícolas				
Trab. agrícola e da pesca	75	1,02	57	1,0
7.º G. Pessoal dos Serviços				
Hotª, domésticos, armazéns, motoristas	364	7,43	414	7,4
8.º G. Outros				
Forças Armadas e Militarizadas	189	4,34		
Sem profissão	64	0,99	297	4,3
Total	5572		5572	100
Não responderam	386			

2. As expectativas escolares

Nesta segunda parte, vamos acompanhar as expectativas escolares dos jovens do 9º ano: as áreas de estudo, a via e o percurso escolar mais desejados.

2.1 O prosseguimento dos estudos

Continuar a estudar após o 9º ano é o desejo crescente da grande maioria dos jovens do 9º ano, tanto rapazes como raparigas. De 1989 para 1991 há uma subida de 84,5 % para 88,6 %. Procurar um emprego é uma expectativa que, consequentemente, vai diminuindo (de 6,0 % para 4,4 %). “Ganhar dinheiro” — ou seja, ganhar autonomia e independência — continua a constituir a motivação principal para partir à procura de um emprego.

QUADRO 5 • Após a conclusão do 9º ano, que pensas fazer? (1991)

Continuar a estudar	5,958	88,6 %
Procurar um emprego	296	4,4 %
Outra coisa	56	0,9 %
Ainda não sei	404	6,0 %
Não responderam	8	0,1 %
Total	6,722	100,0 %

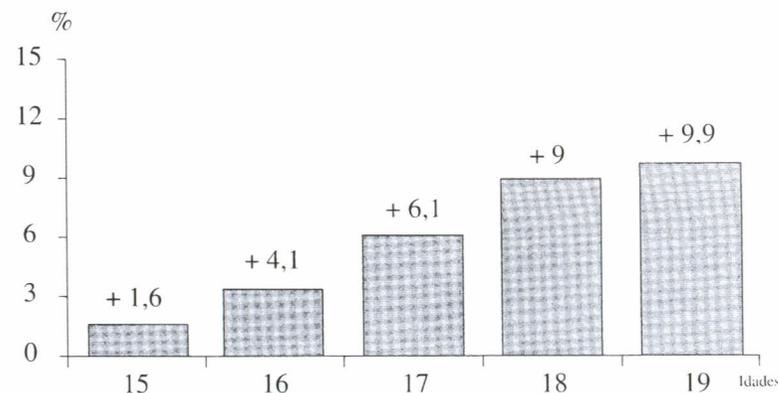
Esta tendência geral incide, particularmente, nos mais novos e vai perdendo a sua importância à medida que a idade dos alunos do 9º ano aumenta (Quadro 6). Para os que possuem 18 e mais anos de idade, carregando certamente com duas e mais reprovações no ensino básico, a opção mais relevante é sair da escola. O insucesso acumulado, como o provam numerosos estudos, vai restando as expectativas de prosseguimento de estudos. No entanto, mesmo entre esta população, verifica-se um crescente desejo de prosseguir estudos (Gráfico 2)

É possível que este aumento da retenção no ensino pós-obrigatório, dos alunos com idade mais elevada, esteja relacionado com o aumento da oferta de ensino tecnológico e profissional após o 9º ano.

QUADRO 6 • Escolha "continuar a estudar" segundo a idade e o ano do questionário

Idade	1989	1990	1991
14 anos	93,5	100,0	98,1
15 anos	96,2	97,4	97,8
16 anos	87,2	90,5	91,3
17 anos	76,3	80,2	82,4
18 anos	59,6	67,7	69,0
19 anos	45,7	49,0	55,6
20 anos	38,6	41,0	43,4
21 anos	15,4	15,4	18,8

GRÁFICO 2 • Variação de escolha "continuar a estudar" segundo a idade, entre 1989 e 1991



Assim, processar-se-ia um adiamento da entrada no mercado de trabalho (para o 12º ano ou equivalente), uma vez na posse de um diploma técnico.

Por outro lado, a diversificação das ofertas de formação, e o seu ajustamento às expectativas da população escolar, parece favorecer a diminuição do abandono escolar, e, consequentemente, concorrer para uma escolarização crescente de 12 anos de duração.

O facto dos empregadores requererem, hoje e em geral, pessoal mais qualificado pode também favorecer este acréscimo de permanência no sistema de formação inicial (nota 3).

Analisando agora a indecisão quanto ao prosseguimento de estudos, verifica-se que os indecisos (cruzando esse vector com a opção vocacional que frequentam no 9º ano) se situam mais nas áreas de Agro-Pecuária, Desporto, Arte e Design, Construção Civil, Electrotecnia e Saúde, embora sempre residualmente (no máximo, 8 % das respostas em cada opção).

2.2. As áreas de estudo

A evolução das preferências pelas áreas de estudo do ensino secundário, nos três anos lectivos em análise, é a seguinte:

QUADRO 7 • "Área de estudos que pretende frequentar" (1989 - 1991)

ANOS ÁREAS	%		
	1989	1990	1991
A	22,2 / 2	23,8 / 1	21,9 / 3
B	10,0 / 4	11,8 / 4	10,7 / 4
C	17,0 / 3	19,8 / 3	23,4 / 2
D	24,6 / 1	22,8 / 2	25,9 / 1
E	4,3 / 5	4,0 / 5	3,9 / 5
Ainda não sei	21,9	17,9	14,3

A Área C regista um acréscimo significativo de escolhas, a Área A uma diminuta perda e a Área D mantém a sua posição de mais escolhida.

O número de indecisos tem diminuído muito: em dois anos passa-se de 22 % para 14 %. A este facto não será alheio o trabalho dos psicólogos-conselheiros que se tem alargado progressivamente pelas escolas e que privilegia, nas suas acções de orientação escolar e profissional, os jovens do 9º ano e o acompanhamento aos do ensino técnico-profissional (nota 4). Provavelmente, aquela diminuição também se poderá explicar pela difusão de informação em larga escala realizada pelo Ministério da Educação, nomeadamente pelo GETAP (nota 5), dirigida especialmente aos alunos do 9º ano.

Se atentarmos mais pormenorizadamente numa análise das escolhas da área de estudos segundo o sexo, também encontramos interessantes elementos de reflexão. Vejamos os gráficos que apresentam essas escolhas de modo evolutivo, entre 1989 e 1991, para ambos os sexos.

GRÁFICO 3A • Evolução da distribuição das áreas de estudo em cada sexo (masculino)

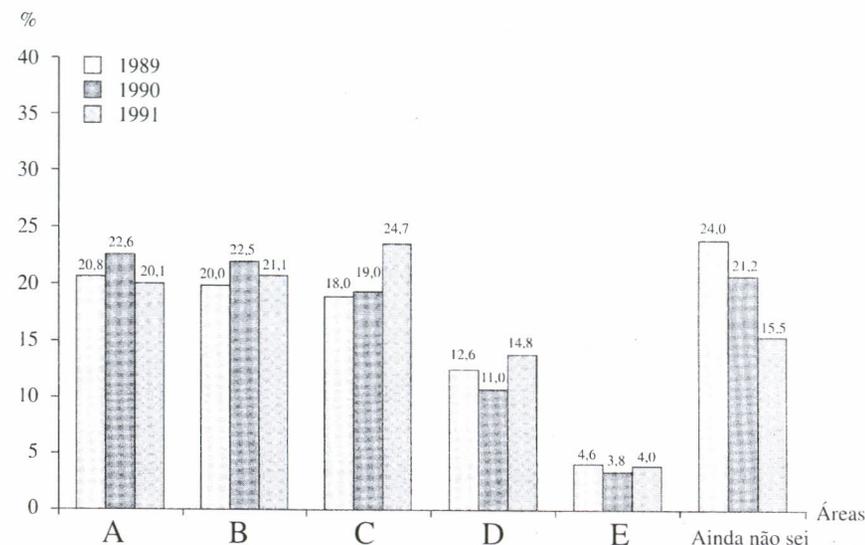
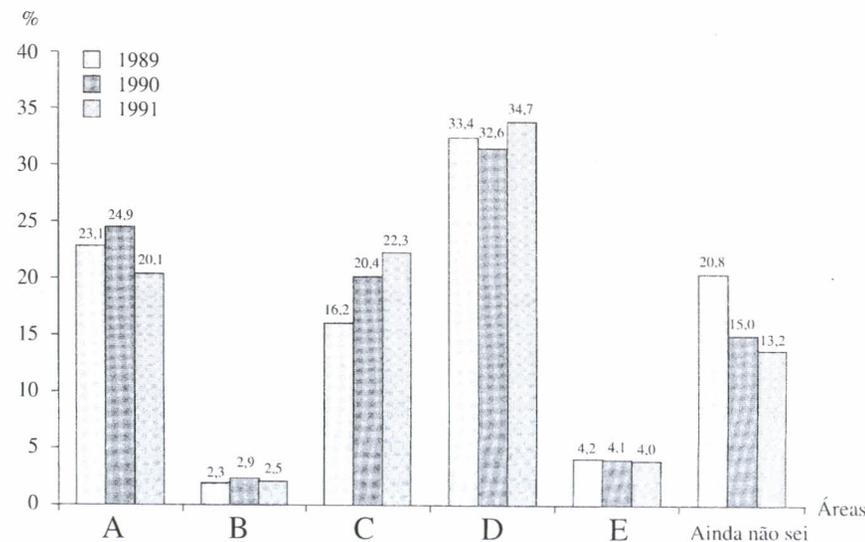


GRÁFICO 3A • Evolução da distribuição das áreas de estudo em cada sexo (feminino)



a) A primeira constatação visa salientar o contraste preocupante das escolhas entre sexos na Área B — Estudos Científicos-Tecnológicos. Enquanto que para os rapazes ela consegue sobrepor-se à própria Área A e aproximar-se da Área C, para as raparigas já se trata de uma Área completamente residual, com menos escolhas que a Área E.

b) Entre as raparigas, e com menor incidência também entre os rapazes, a Área C — Estudos Económicos-Sociais — tem registado um maior número de escolhas, ano após ano. A este facto, não será talvez alheia a importância atribuída, actualmente, a profissões como “gestor”, “economista”, “contabilista”, como se verá adiante.

c) O número de indecisos desce, como vimos, de forma inequívoca e um pouco mais rapidamente entre os rapazes.

Analisou-se ainda a relação entre a opção vocacional do 9.º ano e a área de estudos escolhida para prosseguimento de estudos. Verificou-se a existência de um alinhamento da frequência das opções de Saúde, Desporto e Quimicotecnia, com a Área A; de Mecanotecnia, Electrotecnia e Têxtil, com a Área B; de Administração e Comércio e Introdução às Actividades Económicas, com a Área C; de Arte e Design com a Área E.

Para concluir, podemos ainda problematizar a procura da Área D. É possível fazê-lo à luz da correspondência que parece comprovar-se existir entre a opção vocacional que se frequenta no 9.º ano e a área de estudos que se escolhe para o ensino secundário. Ora, a Área D não tem, no leque das opções do 9.º ano, uma antecâmara “natural”. Os alunos que frequentam “Saúde” e “Desporto” são precisamente os que em maior número escolhem a Área D.

Será esta articulação um efeito perverso da rejeição da Matemática? Apesar da frequência daquela área constituir um caminho com poucas saídas no termo do ensino secundário, não será escolhida como a “via fácil”? Quais os efeitos educativos desta aparente orientação pela negativa?

Perante este quadro, e apesar de não estar em vigor nenhum regime de precedências entre a escolha da área de estudos e a opção frequentada no 9.º ano, é oportuno sublinhar o grau de articulação que existe, de facto, entre ambas as escolhas. Assim sendo, a área opcional do 9.º ano deverá ser reavaliada à luz do seu carácter co-estruturante (a par de outros elementos) dos projectos escolares e de vida dos jovens. Por outras palavras, a aparente ausência de intencionalidade na implantação da oferta das opções vocacionais esbarra com o importante papel que a sua frequência acaba por apresentar no sistema de representações escolares e profissionais dos jovens.

Neste contexto, o alargamento indiscriminado da oferta das opções de Saúde, Desporto e Introdução às Actividades Económicas não deixa de se inscrever num mais ou menos explícito reforço das vias académicas e do ensino não-experimental, não obstante ser pertinente o aprofundamento deste pequeno universo problemático. Que papel educativo preponderante está (estará) reservado à área opcional do 9.º ano: pré-qualificação profissional, livre aprofundamento de aquisições básicas, orientação escolar e profissional de futuras escolhas educativas?

A pertinência desta abordagem é redobrada no momento em que a frequência do 9.º ano deixa de constituir o ponto intermédio no ciclo de estudos do ensino secundário — a ponte entre o ciclo unificado e o ciclo complementar — para ser o **ano terminal** do novo ensino básico de nove anos.

2.3. A via de estudos a seguir

A leitura comparada das respostas dadas nos últimos três anos à pergunta “que via pretende seguir” evidencia a acentuação da preferência pela “via vocacional” (ou ainda “via de ensino”), a tradicional via académica. Por outro lado, verifica-se haver uma diminuição de 30 % para 24 %, no intervalo de dois anos, das escolhas pelas vias tecnológicas e profissionalizantes.

A tendência altista na procura da “via vocacional” deverá manter-se, agora que as portas do ensino superior, indubitavelmente, parecem abrir-se. A desobstrução deste estrangulamento, permanente ao

QUADRO 8 • “Que via pretende seguir” (1989 - 1991)

VIAS \ ANOS	1989	1990	1991
Vocacional	49,3	53,5	61,7
Téc.-Profissional	15,0	18,8	21,2
Profissional	13,3	9,9	
Esc. Profissionais	1,4	1,2	2,5
Ainda não sei	21,0	16,6	14,7

longo da década de 80, poderá alimentar nos jovens e nas famílias dos jovens do 9º ano expectativas redobradas de realização de percursos escolares mais prolongados.

Embora estes percursos possam, hoje, efectivar-se também pela frequência das formações tecnológicas e profissionais, a procura social dirige-se, tradicionalmente, para os percursos mais académicos. É aliás muito imprevisível a evolução da procura daquelas formações dada a vasta reestruturação a que estão a ser sujeitos.

De facto, com o desaparecimento dos cursos profissionais do Ensino Técnico-profissional (nota 6), com a criação das Escolas Profissionais, em 1989, como percurso alternativo e equivalente ao do ensino secundário regular, e ainda com a actual criação dos cursos predominantemente orientados para a vida activa, em fase de experimentação (nota 7), é fácil imaginar a dificuldade de orientação por parte dos jovens de 15/16 ou 17 anos. A esta dificuldade acresce a desorientação dos pais e encarregados de educação que tendem a reproduzir nos filhos as suas próprias expectativas e representações. Entretanto, a reforma curricular em curso abrange, é certo, os próprios cursos do ensino secundário orientados para o prosseguimento de estudos. Se o esforço de compreensão vai, portanto, englobar toda a oferta educativa pós-obrigatória, não é menos verdade que as alterações mais profundas se desenham fora da tradicional “via de ensino”.

Não deixa, no entanto, de constituir motivo de nota o facto de um quarto da população do 9º ano desejar prosseguir estudos de tipo tecnológico e profissional. Este elemento é tanto mais de destacar quando se verifica não existir, actualmente, mais do que 14 % da população que prossegue estudos pós-obrigatórios a frequentar esse tipo de formações (nota 8).

A distribuição destas tendências pelo sexo revela a manutenção da maior procura da “via vocacional” por parte das raparigas e a sua correspondente menor procura do ensino técnico-profissional. Quanto às escolas profissionais existe um pequeno ascendente na procura por parte das raparigas (nota 9).

Mantém-se o alinhamento de certas opções do 9º ano com a escolha das vias para o prosseguimento de estudos. Assim, por exemplo, os que frequentam a opção de Mecanotecnia preferem as vias tecnológicas (52 % contra 34 % para a “via vocacional”), os que frequentam Saúde inclinam-se para a “via vocacional” (67 % contra 17 % nas outras vias). Curiosa é a passagem da predominância, na opção Electrotecnia, da natural escolha das vias tecnológicas em 1989 (45 % contra 41 %) para a “via vocacional” em 1991 (49 % contra 43 %).

Os indecisos, em qualquer um dos anos, situam as preferências sobretudo em Agro-Pecuária, Arte e Design e Desporto.

QUADRO 9 • Opção pela via de estudos dos alunos que frequentam a opção de Electrotecnia do 9º ano

VIA ESCOLHIDA	%		
	1989	1990	1991
Vocacional	40,9	41,5	48,5
Tecnológica	45,0	44,7	42,9

A idade intervém mais uma vez como factor de selecção da via de prosseguimento de estudos e fá-lo do seguinte modo (cf. Gráfico 4):

a) a escolha da “via vocacional” vai diminuindo à medida que aumenta a idade dos jovens;

b) a preferência pelas vias tecnológicas cresce à medida que aumenta a idade sendo muito reduzida entre os jovens de 15 anos e muito elevada entre os de 18 e 19 anos.

c) o número de indecisos progride com o avançar da idade.

Finalmente, cruzando expectativas, por um lado, as escolhas da via para a realização do prosseguimento da formação e, por outro, a área de estudos que desejam frequentar, os inquiridos manifestam cultivar uma forte coesão entre área de estudos e via vocacional, excepto no caso da Área B.

Vejamos a flutuação das variações para as várias áreas, ao longo dos três últimos anos. (Cf. Gráfico 5.)

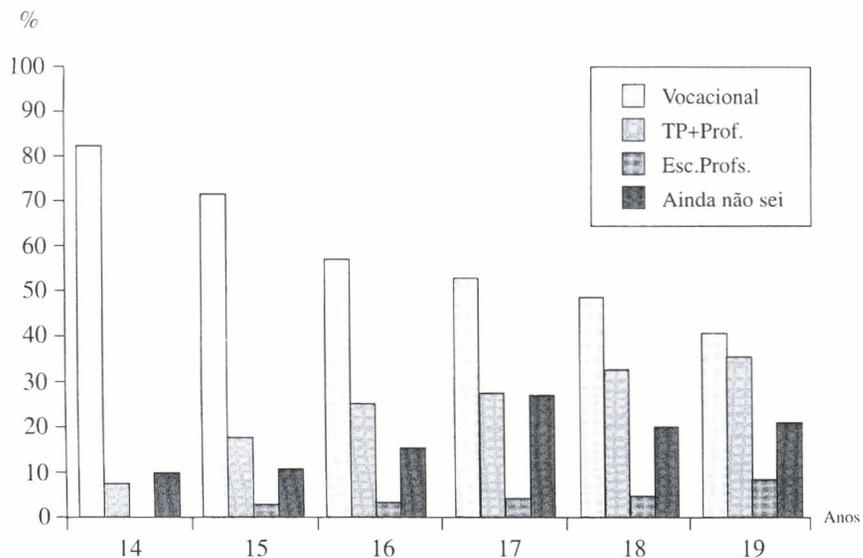
Podemos resumir assim:

a) há uma diminuição nítida do número de alunos que combina Área A com a frequência de cursos profissionalizantes e um acréscimo para a combinação com a “via de ensino”;

b) a Área B consolida-se com a área de forte incidência das escolhas da formação tecnológica e profissional, provavelmente promissora de boas perspectivas de emprego.

c) a crescente procura da Área C continua a privilegiar a “via de ensino”;

GRÁFICO 4 • Via de prosseguimento de estudos segundo a idade (1991)



d) idem para a Área D, onde o volume de indecisos é um pouco superior (o que acontece também com a Área E);

e) há uma distribuição mais regular dos que preferem a Área E pelas diversas vias de prosseguimento de estudos. Note-se ainda que esta é a única área em que existe uma crescente e significativa escolha pelas escolas profissionais, 4,0 % em 1989, 3,3 % em 1990 e 7,3 % em 1991.

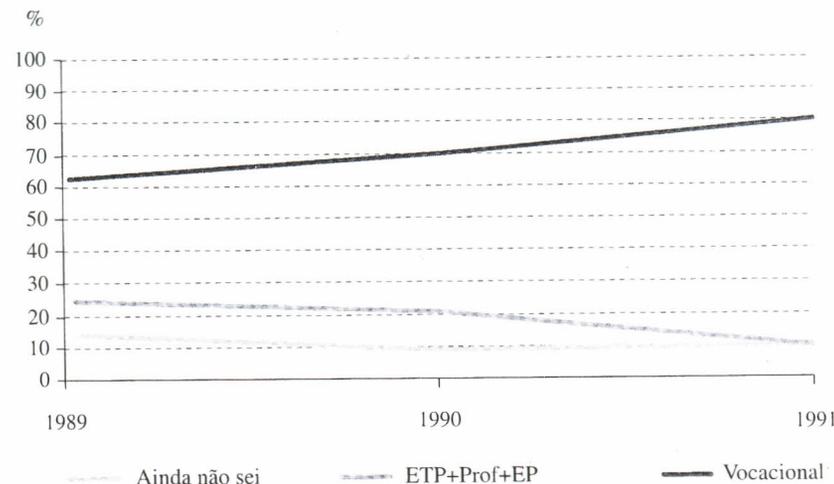
Finalmente, continua a ser entre os jovens cujos pais são do grupo dos quadros superiores e médios e dos empresários que se verificam as maiores concentrações de escolhas em ordem à frequência da “via de ensino”. Inversamente, é entre os filhos de operários, encarregados e contramestres, trabalhadores por conta própria do comércio e da indústria, que as vias tecnológicas e profissionais têm maior volume de escolhas.

Note-se, como curiosidade, que é entre os filhos de agricultores e pescadores e entre os pequenos comerciantes que se verifica uma preferência mais elevada pelas escolas profissionais.

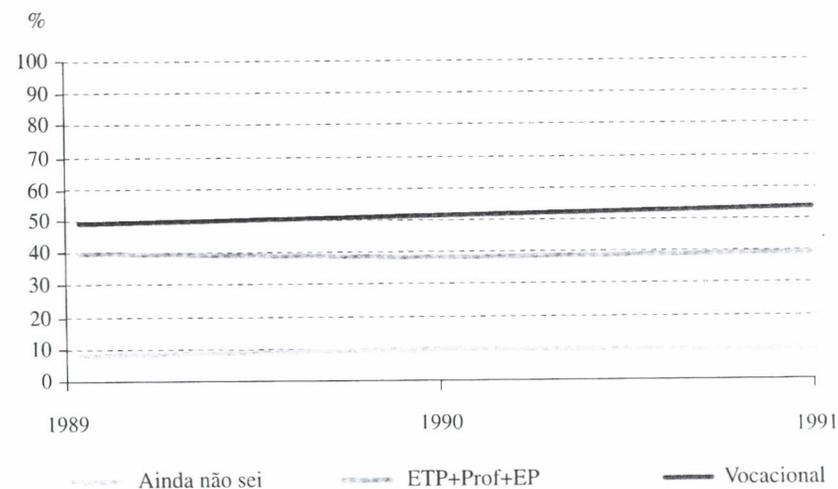
Estas constatações confirmam o papel socialmente reprodutor do sistema de ensino: as tradicionais preferências dos jovens oriundos de famílias de nível socioeconómico elevado e médio-alto pela “via de ensino” e dos jovens oriundos de meios de nível socioeconómico mais baixo pelas vias tecnológicas e profissionais.

GRÁFICO 5 • Distribuição das opções da via para o prosseguimento de estudos pelas Áreas que desejam frequentar

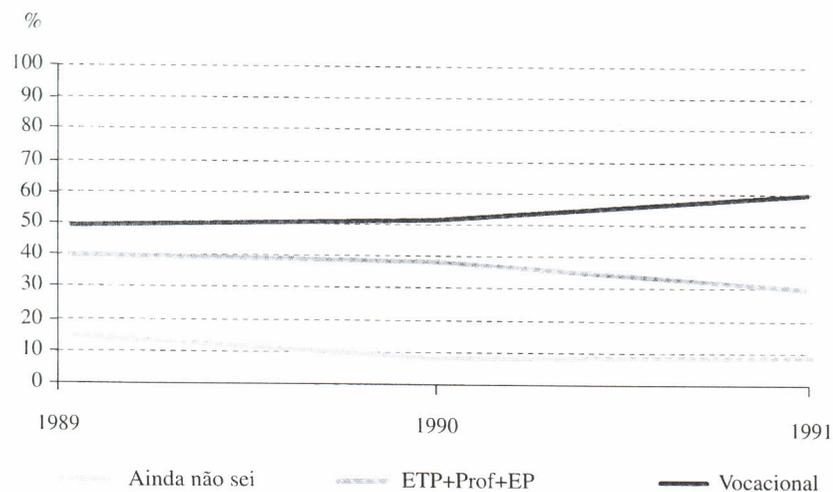
5.1 • ÁREA A



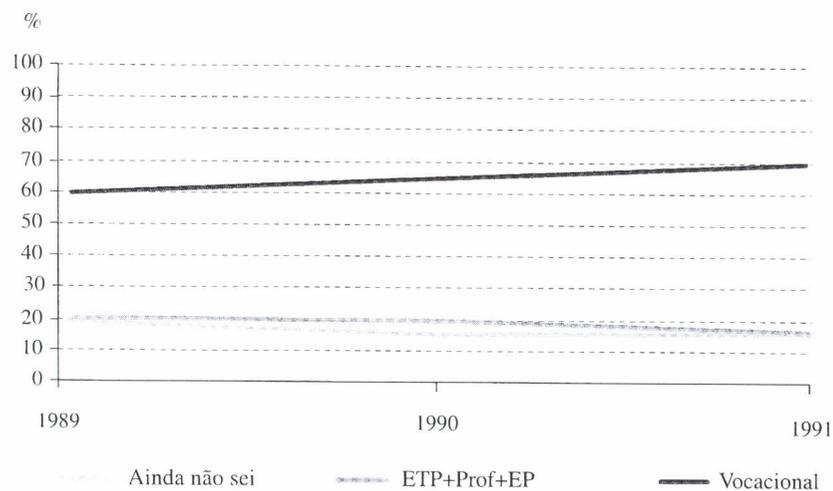
5.2 • ÁREA B



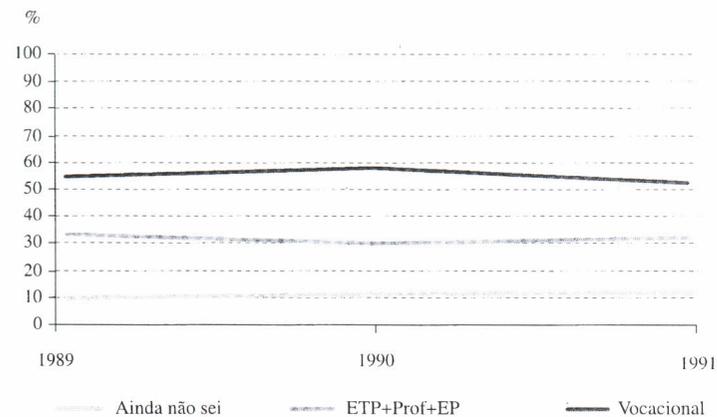
5.3 • ÁREA C



5.4 • ÁREA D



5.5 • ÁREA E



Continua, no entanto, por estudar qual o real comportamento das famílias e dos jovens dos diversos estratos sociais aquando da matrícula no 10.º ano ou equivalente. É provável que se mantenha o mesmo tipo de distribuição.

Por fim, note-se que também é mais elevada, particularmente entre os filhos de empresários e de trabalhadores agrícolas e pescadores, a percentagem de indecisos.

2.4. O percurso escolar a realizar

Uma última questão sobre as expectativas escolares abordava a preferência sobre o percurso escolar a realizar. Os resultados são os seguintes, nos últimos três anos:

QUADRO 10 • "Que percurso pretende vir a realizar nos próximos anos (1989-1991)"

PERCURSO \ ANOS	ANOS		
	1989	1990	1991
Ensino Secundário	35,5	33,7	34,8
Ens. Sup. Politécnico	10,2	10,6	7,9
Ens. Sup. Universit.	52,1	55,7	57,3

Uma vez mais se verifica a atracção pela licenciatura e pelos percursos escolares longos. No entanto, enquanto se regista uma diminuição dos que desejam seguir vias técnicas e profissionais, eminentemente terminais, ao nível do 12.º ano, mantém-se elevada a percentagem — um em cada três — dos que desejam realizar um percurso curto de formação.

Falta de informação, dificuldade de orientação no complexo *puzzle* do ensino pós-obrigatório? Um dado é de reter: existe uma população substancial — 35 % — para quem um percurso escolar curto e, eventualmente, terminal constitui a solução mais desejada. O ensino técnico-profissional e as escolas profissionais ocuparão este espaço?

O ensino superior politécnico vê reduzir-se ainda mais o número de aderentes, sendo remetido para uma opção residual.

São as raparigas que mais valorizam o acesso ao ensino superior e aos percursos que ele congrega. Os valores de 1991 são idênticos aos dos anos anteriores (Quadro 11). Os rapazes, pelo seu lado, dividem-se entre um percurso longo e um percurso curto.

QUADRO 11 • Percurso escolar escolhido segundo o sexo (1991)

PERCURSO ESCOLAR PRETENDIDO	SEXO	
	MASC.	FEM.
Ens. Sec. ou equivalente/12.º ano	38,3	32,0
Ens. Superior Politécnico	8,0	7,7
Ens. Superior Universitário	53,7	60,2
TOTAL	100,0	99,9

Analisando a relação entre o percurso escolar pretendido e a opção frequentada no 9.º ano, assiste-se a uma opção maioritária pelo ensino superior qualquer que seja a opção do 9.º ano. Quatro casos merecem, apesar disso, um destaque: **Mecanotecnica**, porque é a única opção vocacional cujos alunos desejam maioritariamente frequentar o ensino secundário ou equivalente, ao longo dos três anos; **Construção Civil e Desporto**, porque são aquelas em que os jovens estão mais divididos entre percursos curtos e longos; pode anotar-se ainda o caso de **Administração e Comércio**, que reúne uma percentagem elevada de preferências por um percurso escolar curto

A aspiração à obtenção de uma licenciatura diminui à medida que a idade dos inquiridos avança. Se aos 15 anos 74 % afirma querer prosseguir o ensino superior universitário, essa percentagem desce drasticamente para 48 % entre os jovens de 16 anos e para 40 % entre os de 17 anos. A partir desta idade é já maioritária a opção pelos percursos de três anos de duração.

As variações nas escolhas dos percursos de formação escolar segundo a profissão do pai, patenteiam, mais uma vez, a tendência para os filhos dos operários, dos trabalhadores agrícolas e da pesca, dos empregados dos serviços e dos agricultores serem os que alimentam expectativas mais refreadas de prosseguimento de estudos, propondo-se, em grande número, realizar um percurso curto.

Na verdade, o nível socioeconómico do agregado familiar condiciona o percurso escolar, igualmente, no plano da própria duração desse percurso. Os filhos dos grupos profissionais mais desfavorecidos alimentam, à partida, menos expectativas de realização de percursos escolares longos. Os jovens oriundos de meios socioeconómicos de nível médio e alto desejam, no 9.º ano, realizar um trajecto escolar de mais sete ou oito anos. Confirma-se, uma vez mais, a importância dos contextos socioeconómicos na predeterminação das escolhas sobre o prosseguimento de estudos pós-obrigatórios.

Sendo certo que esta tendência se manterá, seria conveniente não só aprofundar qual a política do Estado face à redução destas assimetrias sociais na procura de formação ao nível pós-obrigatório, mas também rever toda a política do credencialismo escolar.

3. Expectativas profissionais dos jovens do 9.º ano

Nesta parte procura-se, de forma igualmente breve, obter algumas indicações sobre as expectativas profissionais dos jovens que frequentam o 9.º ano de escolaridade.

A profissão que gostariam de exercer no futuro, as razões da preferência, a informação acerca dessa profissão, a opinião acerca das oportunidades que a vida profissional vai abrir e sobre as expectativas dos empresários face aos novos profissionais, são estes os aspectos que vão ser analisados na secção final.

Um destaque especial será dado à escolha da profissão bem como ao cruzamento entre as expectativas escolares e as expectativas profissionais.

3.1. A profissão que gostariam de vir a exercer

Face à pergunta “que profissão gostaria de vir a exercer no futuro?” os inquiridos têm respondido do seguinte modo, nos três últimos anos:

QUADRO 12 • Profissão que gostaria de exercer no futuro (1989 - 1991)

PROFISSÃO	1989 (%)	1990 (%)	1991 (%)
Prof. Ens. Secundário	11,8	12,1	8,1
Eng. (Elect., Civil, Agrónomo)	6,1	4,3	5,9
Médico	5,7	6,1	6,5
Mont./Rep. Apar. Eléctrico	5,0	1,0	.
Advogado	4,8	4,5	5,8
Emp. Serviços Administrativos	4,4	1,3	1,5
Educador de Infância	4,1	3,5	2,9
Contabilista	3,8	4,5	5,4
Economista	3,7	3,7	3,1
Administrador/Director	3,3	0,8	1,0
Enfermeiro	3,1	3,0	2,6
Arquitecto	3,0	2,8	2,5
Actor/Jornalista/Escritor	2,8	3,6	3,2
Prof. Ensino Primário	2,1	2,4	2,2
Veterinário	1,8	2,2	2,3
Sociól./Psicól./Antropólogo	1,8	1,6	2,3
Analista Informático	1,6	4,2	3,9
Biólogo/Zoólogo/Similares	1,1	1,8	1,8
Programador Informático	.	.	2,0
Secretária/Dactilógrafa	.	.	4,3
Gestor	.	.	6,7

Da leitura deste quadro comparativo destacam-se alguns dados:

- as profissões de elevado reconhecimento social, com um clássico estatuto elevado, permanecem à frente das escolhas: médico e advogado (ambas a subir), engenheiro, economista e arquitecto;
- as profissões ligadas à função docente estão em queda entre os alunos do 9.º ano, parecendo, assim, sublinhar uma perda crescente de reconhecimento social face aos professores;

c) novas profissões surgem com um impacto assinalável. A de gestor é a que mais se destaca, seguida de programador informático e analista informático; mais afastada no número de escolhas há ainda publicitário, relações públicas e operador de computador;

d) assiste-se a uma revalorização de profissões como contabilista e secretária;

e) assiste-se a uma desvalorização de profissões como montador-reparador de aparelhos eléctricos e empregado de serviços administrativos, além das profissões da educação e do ensino.

Comparando as escolhas mais significativas dos rapazes e das raparigas nos três anos em questão, verificam-se também oscilações interessantes (Quadro 13).

QUADRO 13 • As 12 profissões mais escolhidas segundo o sexo (1989 - 1991)

	1989	1990	1991
Rapazes	Engenheiro	Prof. Ens. Secundário	Engenheiro
	Prof. Ens. Secundário	Engenheiro	Analista Informático
	Mont./Rep. Ap. Eléctricos	Analista Informático	Gestor
	Economista	Contabilista	Prof. Ens. Secundário
	Médico	Médico	Contabilista
	Administrador/ /Director	Arquitecto	Médico
	Arquitecto	Economista	Economista
	Arquitecto	Piloto de Avião	Advogado
	Contabilista	Advogado	Desportista Profissional
	Piloto de Avião	Prof. Forças Armadas	Arquitecto
	Advogado	Veterinário	Técnico
	Desportista Profissional Analista Informático	Actor/Jornalista/ /Escritor	Piloto de Avião
Raparigas	Prof. Ens. Secundário	Prof. Ens. Secundário.	Prof. Ens. Secundário
	Educador de Infância	Médico	Médico
	Emp. Serv. Administ.	Educador de Infância	Secretária
	Médico	Advogado	Advogado
	Advogado	Actor/Jornalista/ /Escritor	Gestor
	Enfermeiro	/Escritor	Contabilista
	Contabilista	Enfermeiro	Educador de Infância
	Prof. Ens. Primário	Contabilista	Enfermeiro
	Actor/Jornalista/ /Escritor	Prof. Ens. Primário	Actor/Jornalista/ /Escritor
	Guia-Intérprete	Economista	Prof. Ens. Primário
	Economista	Desenhador/ /Criador de Modelos	Sociól./Psicól./Antropól. Desenhador/ /Criador de Modelos
	Sociól./Psicól./Antropól.	Guia-Intérprete Veterinário	

Assim, no caso dos rapazes, mantém-se o tradicional destaque dado a profissões como engenheiro, médico, economista, advogado, arquitecto, professor — embora esta diminua quatro pontos percentuais em 3 anos —, piloto de avião. No entanto, surgem reforçadas as profissões das áreas científico-tecnológicas com ênfase para as de analista informático, gestor, contabilista e técnico.

Quanto às raparigas, há uma maior estabilidade nas preferências, ao longo dos três anos. Embora as profissões ligadas à educação e ao ensino reúnam gradualmente menos escolhas, elas permanecem as mais desejadas, juntamente com as outras profissões dos serviços sociais, da análise social e dos serviços administrativos.

O “sexo das profissões” continua a ser um dado significativamente presente; para os rapazes, destacam-se as profissões de engenheiro, desportista profissional e técnico; a profissão de electricista é 100 % masculina e a de mecânico é de 94 %; para as raparigas destacam-se as profissões de educador de infância (100 %), hospedeira (96 %) professor do ensino primário (94 %) secretário/dactilógrafo (95 %), assistente social (94 %), cabeleireiro (91 %) decorador, desenhador/criador de modelos (88 %), tradutor (87 %), enfermeiro (85 %), sociólogo, psicólogo, antropólogo (80 %), fotógrafo (75 %), bailarino (75 %).

A análise da evolução das preferências entre 1989 e 1991 evidencia algumas novas tendências: piloto de avião é preferido agora por 19 % de raparigas enquanto, em 1989, estas só atingiam 4 % das escolhas; arquitecto, em que o número de raparigas e de rapazes se veio a tornar quase igual; profissional das forças armadas, em que o peso das opções femininas passou de 0 para 8 %; enfermeiro, que recolhe agora 15 % de preferências de rapazes contra apenas 8 % em 1989; guia-intérprete, que de igual modo vê o valor de escolhas de rapazes passar de 6 % para 18 %.

Note-se ainda que a profissão de gestor reúne 58 % de preferências femininas e que as novas profissões em conexão com o sector da informática são predominantemente “masculinas”: programador reúne 81 % de preferências de rapazes, analista informático 79 % e operador de computadores 65 %.

Aprofundando agora a relação entre a frequência da opção vocacional do 9º ano e a profissão escolhida, verificamos a persistência do fenómeno da elevada correlação existente entre ambas.

Uma conclusão de leitura do quadro impõe-se: há um reforço crescente da correspondência directa entre a opção do 9º ano e a profissão que se deseja vir a exercer. A quebra na escolha de “professor do ensino secundário” vem revelar, com maior nitidez, uma diversidade de opções e, com mais rigor, essa mesma correlação.

Esta correlação alerta novamente para a necessidade de ressituar o papel do ensino vocacional. Entre o aparente descuido de como é construída a oferta da opção vocacional do 9º ano — as opções de Saúde, Desporto, Introdução às Actividades Económicas e Administração e Comércio são as que proliferam —

QUADRO 14 • Profissões escolhidas segundo a opção vocacional do 9º ano (1989 - 1991)

Ordem de escolha / Opções	1989		1990		1991	
	1º	2º	1º	2º	1º	2º
Agro-Pecuária	Prof. Ens. Sec.	Eng.º Agrónomo	Eng.º Agrónomo	Prof. Ens. Sec.	Eng.º Agrónomo	Veterinário
Saúde	Prof. Ens. Sec.	Médico	Médico	Prof. Ens. Sec.	Médico	Prof. Ens. Sec.
Desporto	Prof. Ens. Sec.	Desp. Prof. (a)	Prof. Ens. Sec.	Actor/Jorn./Escrit.	Prof. Ens. Sec.	Desp. Prof. (a)
Mecanotecnia	Mont. Rep. Ap. Elect.	Eng.º Civil	Prof. Ens. Sec.	Médico	Eng.º Mecânico	Mecânico
Electrotecnia	Eng.º Elect.	Mont. Rep. Ap. Elect.	Analista Inf.	Prof. Ens. Sec.	Eng.º Elect.	Técnico
Const. Civil	Arquitecto	Eng.º Civil	Eng.º Civil	Prof. Ens. Sec.	Eng.º Civil	Desenhador
Quimicotecnia	Médico	Veterinário	Médico	Prof. Ens. Sec.	Eng.º Químico	Médico
Adm. e Com.	Contabilista	Emp. Ser.	Contabilista	Prof. Ens. Sec.	Contabilista	Gestor
Arte e Design	Arquitecto	Adm./Dir. G.	Arquitecto	Des./Criador Modelos	Arquitecto	Des./Criador Modelos
Int. Act. Ecs.	Arquitecto	Prof. Ens. Sec.	Prof. Ens. Sec.	Economista	Gestor	Economista

e a sua relevante participação na estruturação de projectos profissionais, parece haver um enorme desajustamento. Ou não. Isto é, se o objectivo implícito é o de “orientar” os adolescentes para as vias académicas, e para os percursos escolares longos, para os sectores de actividade económica dos serviços e da Administração, a oferta de opção vocacional está conforme (mesmo assim é incompreensível o alastramento das opções de Saúde e Desporto, que só parece justificar-se à luz da facilidade de implantação). Mas se o objectivo é o de sustentar uma pluralidade e diversidade de opções profissionais após a escolaridade obrigatória e básica, e favorecer um campo opcional que faculte a formação básica e integral dos jovens, a incoerência parece evidente (faltará conhecer com maior rigor o que estrutura, de facto, a matrícula dos alunos numa ou noutra opção).

À luz da reforma curricular em curso, a reflexão ainda será mais oportuna, pertinente e urgente. A opção vocacional desaparece e surge uma área opcional no 3º ciclo do ensino básico que contempla a segunda Língua Estrangeira, a Educação Tecnológica e a Educação Musical.

Que se pretenderá agora?

Foi igualmente estudada a coerência entre os projectos escolares — área de estudos e via desejadas no ensino secundário — e os projectos profissionais — profissão que se pretende exercer no futuro — e concluiu-se o seguinte:

- a) os alunos identificam com bastante rigor qual a área de estudos “estrategicamente” mais aconselhável para prosseguir os seus projectos de tipo profissional;
- b) a coerência entre a via de estudos escolhida e o futuro exercício profissional tem vindo a aumentar. Os alunos estruturam as suas opções pela via de estudos no ensino secundário de tal forma que revelam conhecer a via adequada para aceder mais directamente à profissão desejada.

28 Vejamos, então, mais detalhadamente, as zonas de maior ajustamento e desajustamento. Antes, porém, importa notar que em muitos casos esta leitura se apresenta muito difícil e até um pouco forçada. De facto, o acesso a algumas profissões que pressupõem a frequência do ensino superior tanto pode efectivar-se por uma “via de ensino” como por uma via tecnológica e profissional — engenheiro mecânico e electrotécnico, publicitário, relações públicas, guia-intérprete, etc. (nota 10). Todavia, é conveniente sublinhar as zonas de mais evidente acerto e desacerto, ainda que correndo algum risco de imprecisão, pois existe, e isso é um dado provado, um número razoável de jovens do 9º ano com *deficits* elevados de informação e orientação escolar e profissional.

A ausência de serviços de orientação a funcionar nas escolas, ao longo do ensino básico, anunciava um resultado bem mais recheado de incoerência nos projectos dos jovens. Mas, aqui como em outros domínios, as famílias, os *mass media* e a vida social em geral são “escola” e superam mesmo algumas graves lacunas da escola formal.

Vejamos, então, as áreas de maior conexão e desajustamento no que se refere à via de estudos escolhida.

1. Listagem das escolhas profissionais ajustadas à via de estudos desejada

a) Na “via vocacional”

Engenheiro
Biólogo, Zoólogo, etc.
Médico
Veterinário
Enfermeiro
Economista
Advogado
Professor do ensino secundário
Professor do ensino primário
Actor, Jornalista, Escritor
Desportista profissional
Sociólogo, Psicólogo e Antropólogo
Administrador/D.G.
Gestor

b) No ensino técnico-profissional

Desenhador
Professor de informática
Analista de informática
Operador de computadores
Contabilista
Decorador, Desenhador/Criador de modelos
Secretária
Empregado dos Serv. Administ.
Técnico, Electricista e Mecânico
Agricultor
Engenheiro (sobretudo Mecânico, Electrotécnico e Agrónomo)

c) Nas escolas profissionais

Desenhador
 Operador de computadores
 Decorador, Desenhador/Criador de modelos
 Barman, Emp. hotelaria
 Construtor Civil

2. Listagem das escolhas profissionais mais desajustadas com a via de estudos desejada

Comissário de bordo/Hospedeira (54 % na v. vocacional)
 Vendedor (39 % na v. vocacional)
 Publicitário (50 % na v. vocacional)
 Recepcionista (42 % na v. vocacional)
 Programador informático (61 % na v. vocacional)
 Analista informático (37 % na v. vocacional)
 Operador de computador (23 % na v. vocacional)
 Nutricionista (29 % no E. T. P.)
 Matemático (27 % na v. vocacional)
 Contabilista (46 % na v. vocacional)
 Educador de infância (14 % no E. T. P.)
 Secretária/Dactilógrafa (30 % na v. vocacional)

Note-se ainda que as escolhas que incidem sobre as novas Escolas Profissionais se concentram, por ordem decrescente, nas profissões da restauração, hotelaria e turismo, do comércio, do desenho, decoração, criação de modelos e fotografia e da publicidade. As correspondentes áreas de formação não existiam no ensino secundário regular nos cursos técnico-profissionais.

Os mais indecisos quanto à via mais adequada são os que preferem vir a ser polícias e guardas florestais, comerciantes, relações públicas, funcionários públicos, educadores de infância e pilotos de avião, entre outras.

Esta abordagem das incoerências entre projectos escolares e profissionais é mais patente quando se cruza a profissão desejada com os percursos de formação (secundário, politécnico e universitário).

Vejamos alguns casos de flagrante desajustamento:

QUADRO 15 • Desajustamento entre profissões escolhidas e percursos escolares desejados (1991)

Profissão que deseja vir a exercer	Percurso que se propõe realizar		
	Ens. Sec.	Ens. Polit.	Ens. Univ.
Engenheiro Civil	22	.	.
Engenheiro Agrónomo	26	.	.
Enfermeiro	28	.	56
Matemático	31	.	.
Programador Informático	.	.	60
Contabilista	.	.	39
Prof. Ens. Secundário	21	.	.
Prof. Ens. Primário	35	.	.
Educador de Infância	48	.	.
Actor/Jornalista/Escritor	26	.	.
Administrador/D.G.	35	.	.
Secretária/Dactilógrafa	.	.	11
Operador de Computadores	.	.	33
Recepcionista	.	.	28
Publicitário	.	.	60
Gestor Hoteleiro	39	.	.
Guia-Intérprete	.	.	44
Comissário de Bordo/ /Hospedeira	.	.	52

Finalmente, ainda no âmbito da escolha da profissão, realizamos uma leitura da articulação entre esta e a origem socioeconómica dos alunos (através da profissão do pai) e encontramos dois grupos. Por um lado, os que desejam, em primeiro lugar, seguir profissões que requerem percursos mais curtos e para esses registamos dois exemplos:

Secretária: é desejada, em primeiro lugar, por jovens, filhos de agricultores de explorações familiares e cooperativas e pescadores e, em segundo lugar, por operários e trabalhadores agrícolas e da pesca.

Contabilista: é desejada, em primeiro lugar, por jovens filhos de pequenos comerciantes, trabalhadores agrícolas e da pesca e pessoal dos serviços de hotelaria, domésticos e de armazém e motoristas.

Por outro, os que apontam para profissões a que se acede através de um percurso escolar longo. Também, neste caso, anotamos alguns exemplos:

Professor do Ensino Secundário: é desejada, em primeiro lugar, pelos filhos dos trabalhadores por conta própria, do comércio, empresários agrícolas, trabalhadores da produção, profissionais das forças armadas e militarizadas, pessoal dos serviços de hotelaria e empregados do comércio e administração.

Gestor: esta profissão é desejada, em primeiro lugar, pelos filhos dos comerciantes com cinco e mais trabalhadores, dos quadros superiores e profissões liberais, empresários individuais com 10 e mais trabalhadores e trabalhadores por conta própria da indústria.

Médico: esta profissão é desejada, em primeiro lugar, pelos filhos de trabalhadores dos quadros superiores e profissionais liberais e dos quadros médios.

Pode, assim, referir-se que este questionário comprova uma já tradicional aquisição da análise sociológica, que refere a importância do contexto socioeconómico de origem na determinação dos projectos escolares e profissionais.

3.2. Razões de escolha da profissão

São termos carregados de sentimentos de afectividade e desejo de realização profissional os que justificam a escolha da profissão: “porque gosto, é interessante e atractivo, por vocação, para realização pessoal, porque gosto de ajudar os outros e fazê-los felizes”.

Os rapazes valorizam mais os factores prestígio, saídas profissionais e influência dos pais e as raparigas os que se referem a “ajudar os outros” e a vocação pessoal.

Para lá da omnipresença dos motivos de cariz afectivo, há profissões que são escolhidas também pelas saídas profissionais que proporcionarão, como é o caso das profissões ligadas à informática. Na escolha de profissões ligadas à saúde (enfermeiro, p. ex.), à justiça, à intervenção psicológica e sociológica e à assistência social, o factor “ajudar os outros” é predominante.

QUADRO 16 • Razões da escolha de determinada profissão por comparação entre sexos (1991)

Razões	Total	Distrib. por sexo	
		Masc.	Fem.
Gosto, acho interessante	63,4	43,3	56,6
Por vocação, sempre foi a minha tendência	19,1	38,0	62,0
Porque é uma profissão bem paga	4,1	71,0	29,0
Porque é prestigiante, melhora a minha posição social	0,8	55,3	44,7
Porque tem muitas saídas profissionais, é uma profissão de futuro	4,9	59,3	40,7
Porque posso ajudar os outros e fazê-los felizes	6,5	15,1	84,9
Porque quero seguir a profissão do pai/mãe	1,2	63,6	36,4
Total	100		
Não responderam		1299	

Em termos etários, mantém-se a tendência para os alunos mais novos valorizarem mais o factor “realização pessoal”, na escolha da profissão, e os mais velhos, por sua vez, o factor “ganhar a vida”.

3.3. Informação sobre a profissão

As respostas à pergunta “Que informação tem acerca dessa profissão?” revelam que os alunos do 9º ano consideram-se bem (37 %) e muito bem (18 %) informados sobre a profissão que pretendem vir a seguir.

Ao longo dos últimos três anos, o número de alunos que se sentem insuficientemente informados tem diminuído: 13 %, 12 %, 11 %. Note-se, entretanto, que esta opinião resulta da ideia que eles fazem acerca da sua informação sobre a profissão e contrasta flagrantemente com as dificuldades, já registadas, de articulação entre projectos escolares e percursos profissionais.

QUADRO 17 • Que informação tem acerca da profissão escolhida (1991)

		%
Muito boa	902	18
Boa	1863	37
Razoável	1721	34
Insuficiente	474	9
Nenhuma	86	2
Total	5046	100
Não Responderam	912	

34

De facto, podemos afirmar que a informação acerca da profissão não será tão boa como os jovens pensam que é.

As raparigas manifestam, mais do que os rapazes, as insuficiências de informação e a idade não se revela, neste caso, factor de alteração das opiniões dos alunos do 9.º ano.

3.4. As oportunidades que a vida profissional pode abrir

A “realização pessoal” é apontada pelos inquiridos como a melhor oportunidade que a vida profissional lhes poderá trazer.

QUADRO 18 • A vida profissional vai ser uma oportunidade para:

	Total	Distrib. p/ sexo	
		Masc.	Fem.
me realizar pessoalmente	43	40	60
melhorar a minha posição social	12	51	49
ganhar a vida	24	46	54
possuir as coisas que mais desejo	20	47	53
outra	1	32	68
Total	100		

35

Não responderam 168

Entre raparigas e rapazes não há diferenças significativas. No entanto, enquanto em 1989 as raparigas só suplantaram os rapazes no *item* da “realização pessoal”, agora também o fazem em “ganhar a vida” e “possuir as coisas que mais desejo”.

O factor idade intervém agora com menos significado do que em 1989 (ver Gráficos 6 e 7).

GRÁFICO 6 • A vida profissional vai ser uma oportunidade para "me realizar pessoalmente" e para "ganhar a vida", segundo a idade (1989)

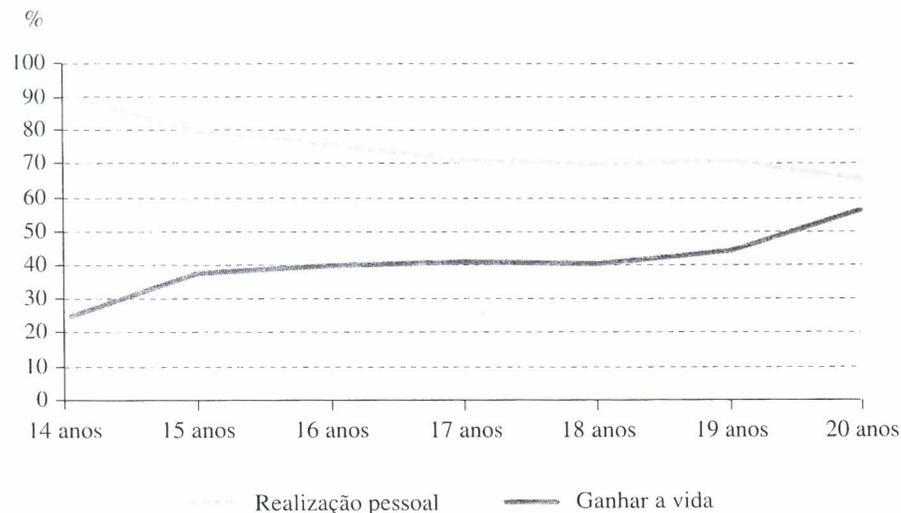
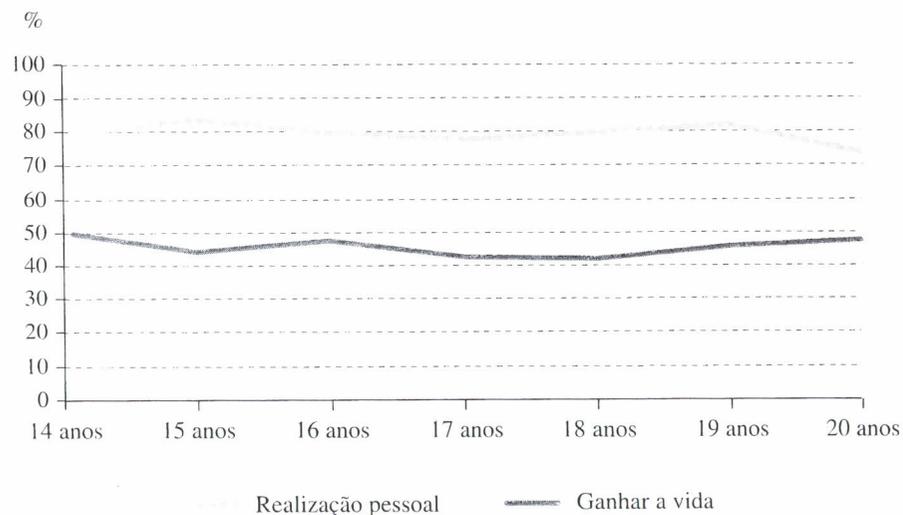


GRÁFICO 7 • A vida profissional vai ser uma oportunidade para "me realizar pessoalmente" e para "ganhar a vida", segundo a idade (1991)



Finalmente, os jovens pronunciaram-se sobre as dimensões que, no seu entender, os empresários valorizam num jovem profissional. A questão era "para si, o que é que um empresário espera de um profissional?"

QUADRO 19 • Dimensões que os empresários valorizam, segundo os inquiridos (valores segundo o ano e o sexo)

	Total p/ anos (%)		Distrib. p/ sexo em 1991 (%)	
	1989	1991	Masc.	Fem.
Valores e atitudes (subtotal)	71,7	71,2	.	.
Responsabilidade	28,9	28,9	36	64
Dedicação e entrega à profissão	15,9	13,7	46	54
Ser capaz de resolver problemas novos	8,7	7,3	41	59
Espírito de iniciativa	6,9	8,7	46	54
Ser capaz de trabalhar em equipa	5,1	6,7	42	58
Ambição	2,1	1,8	58	42
Respeito pelos superiores	1,9	1,9	51	49
Espírito de sacrifício	1,5	1,3	70	30
Ser um líder	0,7	0,9	76	24
Competência técnica (subtotal)	28,3	28,8	46	54
Total	100	100	.	.

Os valores e as atitudes são muito mais valorizados do que a competência técnica: este é o primeiro e importante elemento a reter. A responsabilidade e a competência técnica surgem, a par, como as dimensões que os empresários mais não-de valorizar nos jovens profissionais. Com algum destaque surgem ainda a dedicação e entrega à profissão, o espírito de iniciativa, a capacidade de resolução de problemas novos e de trabalhar em equipa.

A distribuição das opiniões pelo sexo chama-nos a atenção para algumas diferenças muito significativas. As raparigas hipervalorizam a responsabilidade e os rapazes a liderança e o espírito de sacrifício (embora seja diminuto o número de escolhas nestas dimensões).

A valorização das dimensões conectadas com valores e atitudes face ao exercício profissional merecerá um comentário final mais desenvolvido.

4. Síntese

Além dos breves comentários já incluídos no texto de apresentação dos resultados, quisemos acrescentar alguns elementos de problematização destes mesmos resultados.

4.1. Apesar do relativo descuido com que o Ministério da Educação aprova o alargamento da oferta da opção vocacional do 9.º ano, a sua frequência parece revelar uma grande participação na estruturação das escolhas futuras, ou seja, dos projectos escolares e da vida dos jovens.

Embora desconhecendo os caminhos determinantes que conduzem à escolha da opção do 9.º ano, isto é, se o que é determinante e matricial é a escolha da profissão, daí derivando as restantes escolhas, ou se é a frequência da opção que influencia decisivamente o projecto futuro, é mister registar a forte coerência que existe entre ambas. Ora, este facto é suficientemente importante para que se equacione com rigor o lugar e o papel desta opção e da orientação escolar e profissional no ensino básico, sobretudo no seu 3.º ciclo.

A informação sobre a vida profissional ainda é escassa e continua a assistir-se a alguma confusão entre percursos escolares e percursos profissionais. Por outro lado, o número de indecisos tem vindo a diminuir muito ligeiramente. A criação legal de Serviços de Psicologia e Orientação não basta. A sua operacionalização parece ser urgente, com particular destaque para o público-alvo do 3.º ciclo do ensino básico.

Este esforço não invalida, no entanto, antes pressupõe uma rigorosa definição do papel do 3.º ciclo enquanto **ciclo de orientação**. *A tarefa não se apresenta muito fácil, sobretudo neste momento de viragem em que 7.º, 8.º e 9.º anos de escolaridade abandonam progressivamente o papel de primeiro ciclo de estudos secundários para se transformarem em 3.º ciclo e fase terminal do novo ensino básico de nove anos, universal e obrigatório.*

Em que é que se traduz esse papel de orientação do 3.º ciclo? Qual o lugar da área opcional do novo plano de estudos em experimentação (D. L. 286/89 de 29 de Agosto)? Face a esta tão forte articulação entre a opção vocacional do 9.º ano e as futuras escolhas escolares e profissionais, como se estabelecerá a sequencialidade da orientação escolar e profissional, nos novos planos de estudos, entre ensino básico e ensino secundário? O que se ganha e o que se perde com a substituição da opção vocacional pela nova área opcional?

4.2. Prosseguir estudos continua a ser o objectivo da maioria dos jovens do 9.º ano. Tem, inclusivamente, aumentado o número dos que desejam frequentar o ensino pós-obrigatório.

A crescente atracção pelo prosseguimento de estudos, mesmo entre os jovens com mais idade (17 e mais anos), pode explicar-se à luz de dois importantes factores, entre outros: a abertura inesperada das portas de acesso ao ensino superior, após um longo período de apertado *numerus clausus*, e a diversificação de percursos formativos no ensino pós-obrigatório. A criação do Ensino Técnico-Profissional em 1983 e das Escolas Profissionais em 1989, actualmente e em conjunto, abrangendo já cerca de 350 escolas e 43 000 alunos, parece aumentar consideravelmente a atractibilidade do ensino pós-obrigatório (secundário ou equivalente).

Todavia, mantém-se em cerca de 35 % o número dos que querem realizar um percurso curto, equivalente ao 12.º ano de escolaridade. Este dado, mantendo-se idêntico nos últimos três anos, poderia pressupor que estabilizaria ou aumentaria o número de jovens que procura as formações eminentemente terminais, ou seja, o Ensino Técnico-Profissional ou as Escolas Profissionais. Mas os projectos escolares e profissionais de muitos jovens e das suas famílias passam por garantir um título académico, tradicionalmente mais valorizado sob o ponto de vista social, ainda que estabeleçam, à partida, como meta (talvez provisória) o 12.º ano.

Na verdade, verifica-se que o número de jovens que quer prosseguir os estudos optando por formações tecnológicas e profissionais tem diminuído. Este facto parece explicar-se igualmente pela contínua abertura da barreira do *numerus clausus*, facto que nutre novas expectativas de realização de percursos escolares académicos mais identificados com um provável ingresso no ensino superior.

Se as perdas entre o 9.º ano e o 10.º ano são poucas e se o crescimento da procura das formações tecnológicas e profissionais não está condicionado pelo número de vagas, tem de se procurar noutros factores as causas para o facto de só 14 % da população que frequenta o 10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade o fazer nas vias técnico-profissionais. O que não será muito difícil: a) não existiu oferta dessas formações entre finais dos anos 70 e meados dos anos 80. Em 1985/1986 havia apenas 4500 jovens inscritos no ensino técnico-profissional; b) o ensino técnico-profissional tem sido marcado na história da educação em Portugal pela estigmatização social, como o lugar dos deserdados e dos incapazes de prosseguirem a “via de ensino”; c) a divulgação da nova realidade que constitui a oferta de ensino tecnológico e profissional tem sido limitada e pouco incentivada em muitas escolas de tradição (e mentalidade) “liceal”; d) as famílias não aconselham a frequência das “inseguras” vias técnico-profissionais até que se prove, entre outras coisas, que dão acesso a emprego e que este é suficientemente bem remunerado, isto é, que têm um estatuto social reconhecido; e) enquanto o percurso da via de ensino tem mantido uma grande estabilidade, já os percursos alternativos têm vindo a ser alvo de inovações — Ensino

Técnico-Profissional e Escolas Profissionais —, o que provoca, a curto prazo, alguma retração e até uma certa confusão.

Esta explicação poderá ser muito mais desenvolvida, mas tal não cabe no âmbito desta síntese problematizadora. Ela regista-se, apenas, como uma provável justificação para uma aparente contradição *entre a forte expectativa de realização de percursos escolares curtos (35 % deseja ficar pelo 12.º ano ou equivalente) e o mais “fraco” desejo de frequência das formações técnico-profissionais, predominantemente dirigidas ao ingresso na vida activa após a frequência de um percurso curto (24 % e em tendência decrescente).*

4.3. Verifica-se, também, que continua a haver uma forte predeterminação das escolhas dos jovens baseada no sexo e na origem socioeconómica.

Uma clara diferença entre as opções de rapazes e raparigas surge logo desde a opção do 9.º ano, passando pelas escolhas das áreas de estudo e pelo tipo de percursos escolares que pretendem realizar, até à escolha das profissões, onde a clivagem se acentua.

A estratificação social nas escolhas é muito nítida, quer nas vias de formação pós-obrigatória que se pretende frequentar quer nas profissões que se deseja vir a exercer.

A análise destes dados requer estudos mais aprofundados. Não deixaremos, no entanto, de registar uma reflexão que se relaciona com a problemática da diversificação dos percursos escolares e da igualdade de oportunidades. Enquanto não se diversificou o “corredor único” de acesso ao ensino superior que constituía o ensino secundário, o percurso entre o 10.º e 12.º ano era igual para todos os que se propunham realizá-lo. Agora que a década de 80 diversificou os percursos, nota-se haver uma tendência, por parte dos jovens oriundos das famílias de nível socioeconómico mais baixo, para se dirigirem para os percursos técnico-profissionais. Ora, há normalmente dois pontos de vista sobre este facto: para uns, está-se a destruir a igualdade de oportunidades no acesso à educação e ao ensino; para outros, aumenta consideravelmente a liberdade de escolha dos cidadãos, a sua possibilidade de realização pessoal e levam-se ao 12.º ano novas franjas da população que, de outro modo, não seriam atraídas a percorrer o ensino secundário ou equivalente.

Por um lado, é evidente que a diversificação pode arrastar consigo uma clivagem social muito estratificada, que pode pôr em causa a igualdade dos cidadãos e a mobilidade social. A questão estará em saber — pressupondo que essa pluralidade de vias é desejada e necessária, o que não vamos abordar aqui e agora — em que medida é que percursos formativos diversos podem ser **realmente** equivalentes, seja nas suas intenções e processos seja nos seus produtos. Como é que obtém idêntico impacto social, apesar da sua diferença? Como é que a liberdade de escolha não se traduz na real oportunidade

para que não se desenvolva uma estratificação social das escolhas, perscrutadora de uma clivagem social no exercício profissional? Ou seja, em que consistem essas alternativas formativas? O que se quer erigir em substituição dos saberes académicos livrescos, abstractos, desligados da vida e dos saberes técnicos e práticos? Trata-se de alternativas de titulação escolar com positivo impacto social?

Por outro lado, assiste-se a um aumento significativo da procura do Ensino Técnico-Profissional e das Escolas Profissionais. Estes percursos, embora muito diferentes entre si (cf. p. ex. Azevedo, J. e Alves, J. M., 1990), constituem alternativas de formação com procura crescente, com aumentos anuais superiores a 30 % (cf. Quadro 20).

QUADRO 20 • Taxas anuais de aumento da procura de Ensino Técnico e Profissional

ANO	FREQUÊNCIA	TAXA DE CRESCIMENTO
83/84	225	.
83/84 - 84/85	1 497	5,65
84/85 - 85/86	4 506	2,01
85/86 - 86/87	8 615	0,91
86/87 - 87/88	13 615	0,53
87/88 - 88/89	17 527	0,33
88/89 - 89/90	24 871	0,42
89/90 - 90/91	32 035	0,29
90/91 - 91/92	43 000*	0,34

*Estimativa

Nota: soma-se aqui, a partir de 1989/90, a procura das escolas profissionais.

Fonte: GETAP (Ministério da Educação)

Parece que, de facto, a liberdade de escolha aumentou, alargaram-se as hipóteses de realização de um novo percurso de formação após a escolaridade de nove anos, há ganhos sociais reais pelo facto do sistema de ensino acolher uma maior diversidade de expectativas pessoais e sociais dos cidadãos. Uma mais alargada e adequada “educação para todos” parece constituir um irrecusável ganho social, face a uma unificação, pretensamente igualitária, que deixava à porta quem não queria ou não podia enfileirar em percursos que elegem como excelentes os saberes académicos e abstractos e que conduzem a certificações que iludem a preparação para o exercício profissional qualificado, deixando milhares de jovens a contas com uma formação livresca e de difícil reconhecimento no mercado de trabalho.

Ao Estado democrático caberá evitar uma mera funcionalização económica do ensino e os perigos do congelamento da estratificação social, atendendo à necessidade de qualificar globalmente os cidadãos para o desempenho dos diferentes papéis sociais.

4.4. Os inquiridos pensam que os empregadores vão valorizar no seu futuro exercício profissional, a par da competência técnica, um conjunto de valores e de atitudes. Tal resultado merece um comentário final.

Estudos recentes, e por nós já recensados sobre as expectativas dos jovens empresários face às capacidades dos profissionais (nota 11) têm vindo a concluir que os empresários valorizam, mais do que a competência técnica, que é dada quase sempre como um pressuposto, um conjunto de atitudes e disposições.

Os empregadores, segundo esses estudos — e, porque não, segundo o que vamos ouvindo e lendo no nosso próprio país — esperam que os novos profissionais dominem os saberes básicos — ler, escrever, calcular —, saibam comunicar fluentemente com os outros e negociar (e para isso saibam pensar), se integrem em equipas, dominem os mecanismos da observação, recolha e tratamento da informação na empresa, possuam capacidade de resolução de problemas novos e iniciativa, sejam criativos, responsáveis e desejem prosseguir na carreira.

O perfil de competências valorizadas pelos jovens do 9.º ano parece aproximar-se muito deste perfil de competências traçado pelos empresários. Haverá certamente que aprofundar um e outro; entretanto, esta comprovação abre as portas de uma outra reflexão sobre o valor estratégico da educação tecnológica, fora da subordinação teórica e prática, a uma perspectiva funcionalista e produtivista estreitas. “A tecnologia não é o novo humanismo, mas o acesso privilegiado ao homem contemporâneo”, diz J. M. Domenach, filósofo francês. Talvez valha a pena enveredar por um esforço sério de recentragem do lugar e do papel da educação tecnológica no sistema de ensino português. Por agora algumas interrogações ficam no ar no que respeita ao ensino básico e à orientação escolar e profissional.

Não serão as práticas de orientação demasiado deterministas e rotineiras já que baseadas na informação sobre oportunidades de formação, percursos escolares e profissões? Como e onde se formam as novas gerações para a responsabilidade e autonomia, para a resolução de problemas novos e para a iniciativa, para o trabalho em equipa e para a comunicação? O ensino básico está de fora destas preocupações? E os serviços de orientação escolar e profissional também se consideram centrados e situados noutras problemáticas?

Mais do que programas — e reformas de programas — não estarão em causa as metodologias, os espaços, as rotinas da sala de aula, onde muito se ensina e pouco se aprende, o excesso de fechamento da escola sobre si mesma e sobre os professores?

Se é certo que as competências enunciadas defluem do exercício de capacidades que percorrem horizontalmente todas as actividades profissionais e sociais dos indivíduos, não será fortemente inadequada a excessiva e rígida diversificação de percursos formativos, opções e vias?

Ao ensino básico e particularmente ao seu 3.º ciclo, aquele que sofrerá (ou não) o mais profundo *volte-face* ao passar de ciclo unificado do ensino secundário a 3.º ciclo do ensino básico, caberá responder a alguns novos desafios aliando cada vez mais saber e saber-fazer, saber e saber situar-se social e profissionalmente, cultura académica e cultura tecnológica e profissional, teoria e prática, disciplina e projecto, ensino e aprendizagem.

Notas

(1) Para melhor compreensão metodológica apresentam-se alguns elementos relativos ao ano de 1991, dado que nos três anos se procedeu de modo idêntico.

Data de realização: Junho de 1991

DATA DE REALIZAÇÃO: Junho de 1991

Público-alvo: alunos do 9º ano de escolaridade de todo o país

Universo: estimado em 110 000 alunos

Processo de resposta: o Conselho Directivo recebe os questionários e uma carta com orientações, entrega-os aos Directores de Turma das turmas do 9º ano da respectiva escola, e estes passam o questionário durante uma aula. Recolhem-nos de seguida e devolvem-nos ao Conselho Directivo.

Amostra: as escolas envolvidas na amostra são 99 e os alunos cerca de 16 000.

Nota: tem-se verificado uma certa dificuldade em obter na Região de Lisboa e Vale do Tejo o nível de adesão das outras regiões. Assim, a amostra, apesar de corrigida, acaba por subvalorizar ligeiramente aquela região, embora, em 1991, as respostas oriundas do distrito de Lisboa atinjam os 18 % do total dos questionários tratados quando a população do 9º ano aí presente abrange 24 % do total nacional.

Questionários recebidos: 7500 (7 % do universo)

Número de escolas respondentes: 60 (11 % do universo)

Respostas tratadas: 6722

Codificação: Miguel Osswald

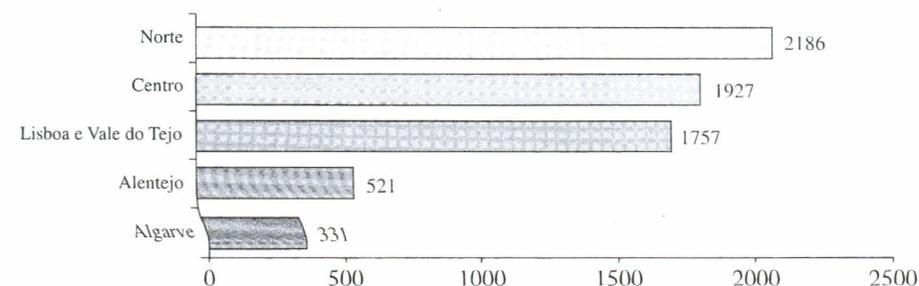
Tratamento informático: GETAP — Arnaldo Martins e Jorge Querales

Análise dos dados: António Fonseca

Tratamento de texto: Rosa Ferreira

(2) Por economia de texto apresentam-se aqui alguns dados complementares de caracterização dos respondentes.

Distribuição das respostas por regiões



Distribuição dos inquiridos por distritos e comparações com o número total de alunos do 9º ano por distritos (1991)

Distritos	Nº de alunos do 9º ano	% por distrito	Nº questionários tratados	% por distrito
Aveiro	7 042	6,3	914	13,6
Beja	1 696	1,5	127	1,9
Braga	6 980	6,3	300	4,5
Bragança	2 108	1,9	343	5,1
Cast. Branco	2 381	2,1	122	1,8
Coimbra	4 955	4,4	122	1,8
Évora	1 936	1,7	287	4,3
Faro	4 888	4,4	330	4,9
Guarda	1 986	1,8	299	4,4
Leiria	4 463	4,0	187	2,8
Lisboa	28 069	25,2	1198	17,8
Portalegre	1 437	1,3	106	1,6
Porto	17 102	15,3	855	12,7
Santarém	4 978	4,5	186	2,8
Setúbal	11 923	10,7	265	3,9
Viana do Castelo	2 438	2,2	176	2,6
Vila Real	2 688	2,4	164	2,4
Viseu	4 441	4,0	741	11,0
Total	111 521	100	6722	100

(3) Estes elementos explicativos, aqui adiantados, carecem de uma verificação que não coube no âmbito deste trabalho.

Dado que, entre nós, o desemprego juvenil não assume proporções elevadas, é crível que os factores apontados tenham alguma consistência.

(4) Entre 1983 e 1987 duplicou o número de psicólogos-conselheiros e peritos-orientadores colocados nas escolas e envolvidos na orientação escolar e profissional dos jovens. Em 1990/91 já abrangiam 288 escolas, estendendo a sua acção a muitas outras. O público-alvo das suas intervenções são os jovens do 9.º ano e os alunos do ensino técnico-profissional, já que foi com esta modalidade de formação que os psicólogos-conselheiros começaram a intervir nas escolas secundárias e C+S.

Evolução do número de Psicólogos - Conselheiros envolvidos na Orientação das Escolhas Profissionais (1983 - 1991)

	Psicólogos- -Conselheiros	Peritos- -Orientadores	Total	N.º total de escolas
83/84	21	109	130	116
84/85	59	103	162	118
85/86	105	101	206	272
86/87	135	105	240	273
87/88	139	128	267	233
88/89	144	117	261	235
89/90	170	130	300	261
90/91	210	124	334	288
91/92	211	124	335	

(5) O Ministério da Educação, através do GETAP, tem desenvolvido, desde Abril de 1989 e todos os anos, acções maciças de informação aos alunos do 9.º ano de escolaridade — cerca de 110 000 — acerca das oportunidades de formação após o 9.º ano de escolaridade. Os materiais são enviados às escolas com 9.º ano e os Directores de Turma são encarregados pelos Conselhos Directivos de distribuir os documentos a cada aluno e de os analisar, ainda que brevemente, em sala de aula.

(6) O Ensino Técnico-Profissional, criado em 1983, compreende dois tipos de cursos: técnico-profissional, de três anos de duração, compreendendo uma vertente de formação geral e científica e os cursos profissionais, com uma vertente exclusivamente tecnológica, de um ano de duração seguido de seis meses de estágio.

Estes últimos cursos foram sendo fechados, a partir de 1986, por se entender que não se enquadravam na oferta do ensino regular e por terem surgido fora dele outras oportunidades de formação profissional.

(7) Em 1990/91 e 1991/92 têm sido experimentados os novos planos curriculares aprovados para o ensino secundário em 1989 (D. L. n.º 286/89 de 29 de Agosto). Aí se prevê que o ensino secundário, à luz da Lei de Bases do Sistema Educativo, compreenda um conjunto de cursos com duas predominâncias: uns mais dirigidos ao prosseguimento de estudos, outros ao ingresso na vida activa. Estes últimos substituirão, gradualmente, o actual Ensino Técnico-Profissional, a partir de 1992.

(8) Face a uma população de cerca de 320 000 jovens no ensino secundário, frequentam o ensino técnico-profissional perto de 32 000, as escolas profissionais cerca de 12 000 e o ensino artístico cerca de 3000, o que equivale aos 14 % referidos.

(9) Logo no primeiro ano de funcionamento, as Escolas Profissionais acolheram mais raparigas do que rapazes (51 % contra 49 %). Esta tendência para uma procura elevada por parte das raparigas manteve-se, embora com uma diminuição do seu peso relativo (45 % no 2.º ano).

(10) No entanto, a via tradicionalmente dirigida ao acesso ao ensino superior ainda é a “via vocacional” — assim muito impropriamente designada. O ensino técnico-profissional, apesar disso, já é procurado por jovens que, em grande número, o percorrem como ponte para aceder ao ensino superior politécnico e universitário, em áreas também predominantemente de cariz tecnológico. Esta parece ser, aliás, uma tendência crescente entre os que procuram o ensino secundário técnico-profissional.

(11) Confrontar “O que querem os empregadores ou que ensino tecnológico?”, in AZEVEDO, Joaquim. *A educação tecnológica nos Anos 90*, Edições ASA, Porto 1991.